

Ouro Branco fixada na escrita viajante do século XIX

Helaine Nolasco Queiroz

Resumo: Durante o século XIX, passaram por Ouro Branco – Minas Gerais – dezenas de viajantes, estrangeiros e nascidos no Brasil, os quais deixaram em seus diários as impressões sobre o arraial, a Serra de Ouro Branco e as fazendas e povoados vizinhos. Ainda que tenham permanecido apenas um ou dois dias naqueles arredores, os viajantes fazem menção, em seus relatos, a diversos aspectos, tais como: a conformação urbana e arquitetônica; os costumes e eventos sociais; a existência de doenças; o estado das estradas que davam acesso à então capital da província, Vila Rica; a paisagem no alto da Serra de Ouro Branco; a forma de atravessar a região e os perigos dos caminhos; as plantas e animais encontrados; as atividades minerais em decadência e em potencial; a hospitalidade dos habitantes; a qualidade e o preço dos pousos; a existência de índios e quilombolas, dentre outros. Tais relatos se apresentam como fonte bastante rica para o estudo da apropriação do território das minas e da forma como a visão estrangeira influenciou os padrões de conhecimento do Brasil no período. Destaca-se o apoio do governo imperial à tais viagens e a própria visita do imperador Dom Pedro II a Ouro Branco, no final do oitocentos, o que remete às tentativas de reforçar o domínio cultural, político e econômico daquela região.

Palavras-chave: Viajantes; Ouro Branco; História Natural.

Abstract: During the 19th century, many foreign and Brazilian born travelers visited Ouro Branco – Minas Gerais. They left their impressions about the town, Ouro Branco Mountain, farms and small towns around Ouro Branco on their diary. Despite of had being there just one or two days, the travelers mention many city aspects: its urban and architectonical conformation; its customs and social events; its tropical diseases; road conditions, specially that one which goes to Vila Rica; landscape of the Ouro Branco Mountain; ways to travel in the region and its dangers; occurrences of fauna and flora; mineral activities in decay and potential resources; inhabitants hospitality; quality and price of landings; indians and quilombolas existence, etc. Such stories are rich sources for the study of territorial appropriation in Minas Gerais and it helps to comprehend how foreign vision influenced the standards of Brazil's knowledge in the period. It is showed the support of the imperial government to these trips. The emperor, Dom Pedro II, visited Ouro Branco in the end of 19th century, what demonstrate the attempts of strengthen the cultural, economic and political domain of that region.

Key-words: Travelers; Ouro Branco; Natural History.

Mestranda em História pela linha História Social da Cultura – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) / Analista de Gestão, Proteção e Restauro – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG).

Viagens de naturalistas no oitocentos

Segundo Mary Louise Pratt, a partir de meados do século XVIII, ocorreram “dois processos simultâneos e (...), interagentes na Europa Setentrional: a emergência da história natural como uma estrutura de conhecimento e o impulso à exploração continental, em oposição à marítima”, circunstâncias que teriam registrado uma mudança naquilo que pode ser chamado de “‘consciência planetária’ européia”, a qual coincidiria, também, com

a consolidação de formas burguesas de subjetividade e poder, a inauguração de uma nova etapa territorial do capitalismo, marcada pela busca de matérias primas, a tentativa de se expandir o comércio costeiro para o interior, os imperativos nacionais de se apoderar de territórios ultramarinos, assim evitando que outras potências européias os ocupem. (PRATT, 1999: 35)

As expedições científicas se tornaram cada vez mais intensas, explorando praticamente todo o mundo e procurando construir um vocabulário científico comum por meio dos aparatos descritivos da história natural. Incorporados à elas estavam interesses comerciais de expansão do comércio europeu, para o qual havia uma região do Brasil particularmente interessante: a capitania de Minas Gerais.

Durante o período colonial, Portugal exercera severo controle sobre Minas Gerais, preocupado em proteger seus tesouros minerais da influência e espionagem estrangeiras. A partir da chamada “abertura dos portos” às chamadas nações amigas do então Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a capitania passou a ser alvo de tais interesses científicos e comerciais, ainda que sua produção aurífera já tivesse declinado e estivesse, então, em um momento de rearticulação econômica, dedicando-se principalmente à agricultura e à pecuária. Suas riquezas mineiras, no entanto, não pareciam ter se esgotado mas, ao contrário, mostravam-se promissoras à era da Revolução Industrial, para a qual minérios como o ferro eram imprescindíveis.

Os primeiros viajantes estrangeiros que aportaram no Brasil acompanharam a vinda da família real portuguesa, em 1808, continuando a visitar o país – e, principalmente, Minas Gerais – durante todo o período imperial. Ouro Branco, antigo arraial minerador e objeto deste modesto artigo, recebeu dezenas de viajantes, razão, em grande medida, de sua posição quase obrigatória de parada para expedições que trafegavam entre a área mineradora e o Rio de Janeiro.

Descoberto em finais do século XVII por bandeirantes paulistas, Ouro Branco vivia, no oitocentos, também um período de decadência ou reestruturação econômica, em razão do esgotamento das lavras de ouro de aluvião que proporcionaram seu surgimento. Apesar da região ser rica ainda do metal, o ouro apresentava-se agora em encostas e sua exploração demandava uma maior quantidade de capital para investimento, dificultando as possibilidades de enriquecimento rápido. As atividades agrícolas passaram, então, a dominar a economia do arraial, principalmente a lavoura de batata, de uva

e de outros itens de subsistência. A posição privilegiada, no caminho novo, favoreceu o desenvolvimento e a manutenção de uma aparelhagem servindo para os viajantes que atravessavam a região, tornando o arraial ponto quase obrigatório de passagem e parada, principalmente para o abastecimento das tropas.

Os viajantes estrangeiros que atravessaram e deixaram impressões sobre Ouro Branco, nesse período, foram, em ordem de passagem, John Mawe, John Luccock, Wilhelm Ludwig von Eschwege, Auguste de Saint-Hilaire, Johann Emanuel Pohl, Johann Baptist von Spix, Carl Friedrich Philipp von Martius, Georg Heinrich von Langsdorff, Johann Moritz Rugendas, Robert Walsh, James Fox Bunbury, Charles Alcide D’Orbiguy, Hermann Burmeister, Richard Burton, Johann Jacob von Tschudi e Visconde Ernst de Courcy. Entremeados à esses estrangeiros, houve a dupla passagem de Dom Pedro I (em 1822 e 1831) e a de Dom Pedro II, em 1881. A passagem dessas duas autoridades políticas “brasileiras”, juntamente com a dos estrangeiros, possibilita a percepção de relações existentes entre os projetos políticos, econômicos e científicos nacionais e dos países europeus. As viagens dos imperadores tinham como objetivo principal a superação de crises políticas que se abatiam sobre o Império e revelam a capacidade de domínio exercida pela presença de ambos na região. Salientamos que a viagem do Imperador Dom Pedro II a Minas foi marcada também por preocupações científicas, principalmente geológicas e mineralógicas e que o mesmo compartilhava, em grande medida, da visão de mundo expressada por aqueles viajantes, muitos dos quais patrocinou.

Os viajantes a serem examinados são, preferencialmente, de origem européia – quatro ingleses, três austríacos, três franceses, três alemães, um sueco e um russo – havendo a presença, também, de um norte-americano. A maioria exercia o ofício de naturalista, havendo a presença, também, de mineralogistas, zoólogos, médicos, botânicos e comerciantes. Rugendas é o único desenhista encontrado a retratar a região numa prancha que, segundo Alcide D’Orbiguy, constituía um “desenho muito bem feito”, que fixava “fielmente a paisagem entre Ouro Branco e Carreiras” e “o aspecto da região dos campos com seus pinheiros”¹.

O principal motivo das viagens era a coleta de informações sobre flora, fauna, cartografia, temperatura, entre outros. Interesses aparentemente “científicos” e “neutros” mas aos quais estavam aliados empenhos econômicas, tanto dos governos europeus e brasileiro, quanto dos próprios viajantes, muitos dos quais se aproveitavam para se dedicar a negócios na área da mineração.

Após as viagens, a maioria dos viajantes publicou, em seus países de origem, obras sobre o roteiro e as características das regiões visitadas. Tais publicações eram destinadas ao público europeu e

¹ Devido ao grande número de citações das narrativas dos viajantes com número inferior a quatro linhas, optamos, nesses casos, por não referenciá-las no texto, deixando, na bibliografia, a referência às páginas em que as mesmas estão inseridas.

em suas narrativas se entremeavam estilos como os relatórios científicos, os diários de viagem e literatura de sobrevivência. Segundo Mary Louise Pratt, essas publicações faziam parte de uma certa “temática doméstica do imperialismo” e faziam engajar “o público leitor metropolitano nos empreendimentos expansionistas” (PRATT, 1999: 28).

O arraial de Ouro Branco nas narrativas de viagem

As narrativas de viagem aqui examinadas seguem, aproximadamente, um padrão, inserindo-se numa tradição de escrita que utilizava-se da primeira pessoa do narrador, da quase ausência de diálogos e da quase ausência da voz de outros que não a do próprio narrador. Mesmo esse parecia estar excluído de sua própria história, sendo hipotético ou invisível, o que tornava a narrativa o mais realista e isenta de paixões possível. Trata-se de um olhar que não parece ser capaz de fazer nada mais do que observar.

A maior parte do tempo na viagem/narrativa é passada na estrada, sendo poucos os momentos de parada no caminho. Diz Saint-Hilaire:

Aprendi a viajar sem perder um só momento, a me condenar a todas as privações e a sofrer com alegria qualquer espécie de incomodidades”.Erguimo-nos de madrugada; acabava de escrever o diário ou de fazer a análise das plantas recolhidas na véspera (...). Nesse meio tempo se preparava o nosso almoço (...). Depois de comer às pressas, segurando o prato na mão, e quase sempre ocupando-me simultaneamente de qualquer outra coisa, refazia as malas que tinha desfeito na véspera. (SAINT-HILAIRE, 1938:124)

A fugacidade da passagem pode ser vista também no momento da coleta de espécimes, que serviriam para a composição de catálogos europeus, em museus, universidades e hortos florestais ou jardins botânicos². Tal coleta era feita de forma precária, durante o percurso. Burmeister menciona que viajava e caçava “insetos ao mesmo tempo”. Saint-Hilaire relata que, de cima do burro, “arrancava os ramos de árvores e arbustos que podia alcançar a descia logo que percebia alguma planta menos elevada que despertasse interesse”. Menciona também como era feito o acondicionamento do que fora coletado: “apenas chegados ao rancho, abria minhas mala, secava as plantas que recolhera, analisava-as, e arrumava os insetos que encontrara”. Em razão da necessidade de avançarem com rapidez, Pohl diz ter sido “mais de uma vez obrigado a deixar aqui parte de minhas caixas, ficando o meu bom amigo von Eschwege encarregado de mandá-las depois para o Rio de Janeiro”.

² Não é coincidência a criação, em 1819, no Rio de Janeiro, do Real Horto, mais tarde Jardim Botânico do Brasil, além da criação de um jardim botânico da própria Vila Rica, também no século XIX.

O trajeto era feito ou à cavalo ou em lombo de burros, sendo estes os transportadores das bagagens. As dificuldades em transportar alimentos durante o trajeto também causavam, às vezes privações. Saint-Hilaire conta: “no começo da viagem tínhamos biscoitos; mas em breve foi necessário contentamo-nos com farinha de milho ou, às vezes, de mandioca”.

Os caminhos também não eram aparelhados. Segundo Walsh, “não havia, porém, uma boa estrada ali, apenas uma trilha acidentada e pedregosa”. Burmeister diz que, no alto da serra, o “solo torna-se (...) muito desagradável pois cede a cada passo, deixando hesitantes os animais”. Courcy critica ferozmente a estrada: “há cinco horas que caminhamos, seguindo uma estrada toda estragada”. Já Langsdorff discorda: “O caminho não é ruim. Ele passa pela serra do Oeste Livre, que hoje em dia está em melhores condições”.

Além dos perigos topográficos/estruturais, corria-se riscos com ataques de índios, saqueadores ou quilombolas. Walsh observa ser a “trilha isolada e agreste, muito mal afamada na região”. Quando questiona seu guia sobre a segurança de um determinado pouso, recebe como resposta que “todo homem casado era considerado honesto neste país, e isso era tudo o que se podia falar dele”. Também Saint-Hilaire diz que, entre Capão e Vila Rica, corria-se “o risco de ser atacado, às vezes, por negros fugitivos”.

A estadia era normalmente rápida, servindo para o descanso e abastecimento da tropa e das bestas, tarefa que demandava, às vezes, maior período de tempo que o desejado. Pohl conta que, certa vez, teve “de ficar até às 11 da manhã neste triste lugar, aguardando que a minha tropa estivesse pronta para partir”. Também Saint-Hilaire reclama: “apesar de todos os nossos esforços quase nunca nos podíamos por a caminho antes de sete ou oito horas”. No entanto, Dom Pedro II, quando de sua visita a Ouro Branco, anotou sua saída de Carreiras às seis da manhã.

A qualidade e o preço dos pousos também são comentados. As refeições poucas vezes eram abundantes, haja vista a expressão “refeição mais que frugal”, utilizada por Courcy. Saint-Hilaire desabafa outras precariedades: “raramente me deitava antes das onze horas, e muitas vezes, a friagem que circulava sob o rancho me privava o sono”. Courcy relata: “fazemos parada em um rancho mantido por um indígena, que quer nos dar a hospitalidade, a mesa e a dormida”. No entanto, recusa a hospitalidade, declarando que

esses ranchos, ao anunciarem por cartazes muito visíveis que são albergues destinados aos viajantes, pertencem a proprietários que, não sendo obrigados a receber, consideram grande polidez de sua parte quererem acolhe-lo, pedindo um pagamento muito caro pelo mais miserável e mais detestável dos abrigos. (COURCY, 1997: 70)

Mawe tem um pouco mais de sorte e diz que passara “a noite em um dos melhores pousos que já encontramos”. Especula: “a boa ordem e a limpeza que notamos nessa estalagem, confirmaram a observação que já fizéramos muitas vezes de que, ao longo da estrada, todas as casas dirigidas por mulheres eram melhor conservadas e providas”.

O principal assunto das narrativas é o acúmulo de conhecimento científico sobre a região. Ocupam grande parte da narrativa as descrições, muitas vezes pormenorizadas, de plantas. Segundo Mary Louise Pratt, após meados do século XVIII, as descrições da flora e da fauna passam a ser não apenas elementos convencionais dos relatos de viajantes, apêndices ou digressões formais da narrativa. A partir do momento em que “se firmou o projeto classificatório global, a observação e a catalogação da própria natureza se tornaram narráveis, podendo se constituir uma sequência de eventos ou mesmo estruturar um evento” (PRATT, 1999: 59).

Burmeister cita a presença da “*Aracauria brasiliana*”³. Saint-Hilare dedica um parágrafo inteiro à descrição do “aspecto singular de uma planta *monocotyledonea* que se [elevava] no meio da relva”, pertencente ao gênero *vellozia*, chamada “pelos habitantes do país canella d’ema”. Também Spix nota a presença da mesma planta, a que chamou de “lírio arbóreo”, acrescentando se tratar de “combustível preferido pela sua considerável quantidade de resina, na falta de lenha” e de ser para o povo “sinal característica da riqueza do terreno em ouro e brilhantes”. Bunbury também vê “pela primeira vez aquelas curiosas plantas chamadas Vellozias” e Burmeister, igualmente, cita a canela-de-ema, “planta tão característica da zona alpina brasileira”, cuja “hastes são usadas como archotes devido ao seu rico conteúdo de resina”. Bunbury nota a presença de uma linda *Bignonia* (*Bignonia venusta*), “muito comum na região das minas”. Nota-se a substituição conceitual que constitui a missão do naturalista: de fornecer os “nomes corretos” ao que vê.

A fauna também é assunto bastante apeteedor. Burmeister consegue um “belo exemplar de um inseto chamado “*Staphylinus*”, o que lhe causa “grande alegria e satisfação”. Cita, também, a presença do “vira-bosta, pássaro interessante” que por encontrarem “na beira da estrada remexendo o estrume, divertia-nos bastante”. Luccock “deita abaixo” com sua espingarda, um “jacu” e percebe também “um tucano de belíssima plumagem”, sendo no entanto, baldados “os esforços feitos para apanha-lo”. Walsh encontra “uma das mais belas criações da natureza”; uma cobra-coral que, depois de morta por seu guia, é preservada em “conserva numa garrafa de cachaça”.

Também os aspectos climáticos são analisados. Saint-Hilaire, apesar de ter viajado “na época das chuvas”, diz que “nesses climas felizes, a chuva não tem os mesmos inconvenientes que na Europa: é muito menos fria, e basta um raiosinho de sol para que a umidade prontamente se evapore”,

³ A nomenclatura de espécies em latim, derivada do sistema classificatório do sueco Carl Linné, fazia parte da tentativa de padronização e universalização dos métodos de catalogação.

não sendo tão prejudicial se “sucedia ficarmos ensopados”. Em virtude do calor, o mesmo diz ter adotado o “costume dos habitantes do país”, trazendo “sempre um chapéu de sol” como precaução para “a conservação da saúde”. Diz Courcy: “embora estejamos em pleno inverno no Brasil, o sol é ardente e a poeira nos cega. Sob essas latitudes, a estação das chuvas só existe no verão e na primavera (...) então ocorrem tempestades e trombas d’água, entrecortadas por um sol tórrido. O inverno, em compensação, é a estação seca”. Dom Pedro II também menciona uma “chuva forte”. Luccock diz terem avaliado a altitude da Serra de Ouro Branco “em mil e cinqüenta pés acima do nível que deixáramos aquela manhã”. A aldeia de Ouro Branco, por sua vez, segundo Bunbury ficava a “3.224 pés franceses acima do nível do mar”. Já a temperatura, que o mesmo Luccock anotou “entre duas e três horas da tarde”, marcar 60º, na manhã seguinte, “às sete horas, o termômetro marcava 54º”. Muitos, ao mencionarem as distâncias entre os marcos do caminho, procuram esclarecer sobre as medidas tomadas. Courcy, por exemplo, explica que “no Brasil, as léguas são de 6.666 metros”. Burmeister também cita a existência de “duas léguas pequenas, como dizer os brasileiros, o que significa um pouco mais de 1½ légua”. Vê-se, nesses exemplos, a utilização de padrões europeus de mensuração, os quais deviam ser adotados, visando a uma desejável universalidade desses conhecimentos.

Um dos aspectos mais comentados é a geologia dos terrenos, que podemos correlacionar com a crescente busca de recursos comercialmente exploráveis, sendo a siderurgia extremamente importante para o desenvolvimento da indústria no período. A serra de Ouro Branco é descrita por vários viajantes como rica em diversos minérios. Spix percebe, dentre outros, “micachisto branco quartzoso”, “depósitos, em grossas lâminas soltas, de mica de diferentes tonalidades”, “formação de ferro”, “veios de um minério de ferro pardo-avermelhado”, “rico itabirito” e “octaedros de imã”, que apareciam “em grande quantidade, soltos no caminho”. Bunbury nota a “ardósia de quartzo (*quartzo slade*)”, que consistia no “quartzo branco extremamente fino e mica branca de um brilhante lustro, os dois ingredientes quase em partes iguais, mas dispostos alternadamente, dando ao conjunto um aspecto imperfeito de ardósia”. Luccock nota “algo de estranho na estratificação de uma serra”, a qual era constituída “de arenito muito mole, por vezes muito brilhante e, em outras, apresentando veias amarelas de atravessado”. Também nota a presença de “grandes massas de arenito escuro, de forma tabular” e da “terra vermelha vulgar do país”, que se encontrava “misturada com quarzo”, além de “pedras que em nada correspondem a nenhuma das minhas noções anteriores de Geologia”. Eschwege menciona que o “íngreme Morro do Deus-Te-Livre” é formado “de arenito e clorita xisto”. Burmeister nota que a mesma serra é “formada pelas rochas do Itacolumi, de granulação fina e ricas

em mica”. E Dom Pedro II relata que Gorceix⁴, com o qual ia conversando “muito de geologia e mineralogia”, ia-lhe “mostrando as diversas rochas quase todas de xistos micáceos”. Walsh nota que o nome da Serra de Ouro Branco se devia “às jazidas de ouro branco existentes em seu seio” e percebe, também, um “enorme bloco de minério de ferro”, além de “toneladas de minério da melhor qualidade, contento cerca de noventa por cento de ferro”. O viajante lamenta, contudo, que “toda essa matéria-prima jazia ali abandonada, enquanto a busca de ouro concentrava a atenção de todos”. Segundo ele, os “mais sábios” eram os índios, que “trocavam barras de ouro por pregos de ferro”. Percebe-se, nessas observações, o exame das potencialidades da região associado às expectativas de aperfeiçoamento. Procura-se caracterizar o que está disponível, aberto a aprimoramento, codificando esses elementos em recursos a desenvolver, excedentes a serem comercializados, etc..

Já a mineração de ouro consistia, para muitos autores, em uma atividade em abandono. Bunbury conta que vira “as primeiras obras das minas de ouro; tinham sido de fato abandonadas há algum tempo porém os seus vestígios ainda não tinham ficado na forma de profundas trincheiras e grandes montões de pedras”. Saint-Hilaire menciona ter visto, próximo a ouro Branco, “pela primeira vez, terrenos que tinham sido lavrados pela extração de ouro”. Então, a “superfície da terra fora eliminada, e montes de cascalho substituíam a verdura dos relvados”. Segundo ele, “o solo esburacado, a ausência de vegetação e montes de cascalho esparsos”, davam “à paisagem um ar de tristeza”. Mawe também menciona as “lavagens de Santo Antônio de Ouro Branco, onde se viam montes numerosos, compostos de escórias de exploração”. E Tschudi destaca as “minas de ouro irrelevantes”.

Alguns discordam da decadência de ouro na região. Pohl, por exemplo, diz: “Passamos, então, por um belo vale coberto de mato, atravessado por um regato que serpeia por entre a floresta, ao longo da serra, em cujas margens se encontram muitas lavras de ouro”. Luccock, insiste que “ao pé dessa montanha, a cata de ouro está se tornando novamente intensa”, apesar de ser “levada da mesma maneira lamentável que descrevemos: raspa-se a superfície do solo e lava-se o detrito, a fim de encontrar os seixos rolados de quartzo, de que abunda”. Novamente, como em Walsh, percebe-se a riqueza da região, condenada, no entanto, ao desperdício, em razão da limitada capacidade dos habitantes em aproveitá-la.

As menções às atividades agrícolas, por sua vez, são raras ou inexistentes, talvez por não serem de grande interesse aos desígnios comerciais metropolitanos. Pohl menciona, no entanto, no

⁴ Claude Henri Gorceix era francês, bacharel em ciências físicas e matemáticas, que em 1874, aceitou o convite do próprio Dom Pedro, para fundar uma Escola de Minas no Brasil. Realizou um meticoloso estudo e concluiu que Ouro Preto era o local ideal para sede da Escola, devido à riqueza geológica da região e à sua localização no centro de grande número de fábricas de ferro. A fundação da Escola de Minas de Ouro Preto fazia parte dos incentivos da política imperial de formar engenheiros de minas e reerguer economicamente a, rica em minérios, província de Minas Gerais.

arraial de Ouro Branco, as “saborosas uvas moscatéis que medram profusamente em seus pomares”. Já Luccock se desespera, ao ver “uma região toda que, em seu estado natural, produz excelente madeira e lindas matas, transformada em meros montões de pedras e cenas de desolação”. Da mesma forma que os minérios, são potencialidades a serem desenvolvidas.

A igreja matriz, de Santo Antônio é destaque no cenário. Relata Burmeister que “logo ao sair da estrada de acesso, entramos numa grande praça aberta, onde encontramos a igreja”, “de pedra, de construção sólida, na qual se lia a data de 1779”, além de, “num belo grupo de macaúbas, um crucifixo”. Saint-Hilaire nota que a “povoação se termina por uma praça em cuja extremidade foi construída a igreja, e que domina um amplo vale. Como este não pode ser percebido, a igreja parece apoiada contra a montanha que apresenta por trás dela uma cortina de verdura” e também nota “um grupo de palmeiras de estipe esbelta e folhas leves, que rodeiam uma grande cruz plantada em simetria do lado da praça oposto à igreja”. Pohl acrescenta à “igreja construída de pedra, ornada com duas torres” e “no centro da localidade, há umas vinte palmeiras plantadas em torno de um chafariz, as quais lhe dão um aspecto particularmente gracioso”. Luccock também menciona que a igreja, nesses lugares “é chamada de metropolitana e exerce uma certa autoridade sobre os demais edifícios sacros da vizinhança”. D’Orbigny nota a “igreja que parece estar apoiada a uma verde montanha”. Dom Pedro II diz a “igreja que não parece feia de fora até mesmo depois de galgada a serra, que tem belos pontos de vista”.

Para muitos, no entanto, o arraial aparenta decadência. Mawe, por exemplo, relata que não puderam “conseguir refrescos de nenhuma qualidade, porque os poucos habitantes, vistos por nós, eram tão pobres que, longe de poderem prover as nossas necessidades, pareciam implorar tudo o que tínhamos para satisfazer às suas”.

Nota-se, também, na população, a existência de doenças. Tschudi nota nos “dois mil habitantes, muito bócio”. Saint-Hilaire diz: “Quase todos os que encontrávamos, homens e mulheres, brancos e gente de cor, tinham um grande bócio, e, nesse local assim como nos vales da Europa em que essa enfermidade é comum, se atribui à frialdade das águas”. Burmeister diz que “essa região é conhecida pela frequência da doença chamada papeira, e eu vi até pessoas de cor atacadas deste mal”. Também Dom Pedro II relata: “Aproximando-se do arraial do Itatiaia vi uma papuda. Monsenhor José Augusto contou-me que na freguesia do Jacaré de que foi vigário até as crianças nasciam de papo, que chamam *pescoço* — reparando em quem não tem *pescoço*.”

As relações travadas com os habitantes do lugar e com os guias também podem revelar o papel atribuído pelos viajantes aos naturais da terra, muitas vezes de subalternidade. Os nascidos no Brasil eram os não iniciados cientificamente e, portanto, incapazes de figurar no projeto civilizador europeu. A hospitalidade, por seu turno, pode remeter ao apreciado cenário burguês do rude e humilde

campônio, repartindo seus víveres alegremente com o homem ilustrado da metrópole, cuja superioridade essencial é aceita. Mawe comenta o tratamento à sua comitiva por uma dona de pouso: “devo acrescentar notar-se nestas casas o desejo evidente de ser agradável, o qual supre geralmente as deficiências, e fazendo um apelo à indulgência do estrangeiro, tudo o que lhe dão o satisfaz”. Já Luccock hospeda-se numa casa de uma viúva que “perfazia as honras da mesa com todas as cerimônias usadas pelos fidalgos do país quando recebem um hóspede”. Diz ele que a mesma “divertiu-nos com anedotas sobre esses viajantes anteriores tanto ingleses como franceses, descrevendo-nos suas maneiras e mais aquilo que pensava serem suas intenções e temperamentos”. Após a estada, sem ter conseguido pagar pelo pouso,

não me restava senão tomar conhecimento da cortesia da dama e muitos cumprimentos foram trocados entre nós ambos, acabando por me oferecer, à maneira de sua terra, um lindo ramo de flores. Um iniciado teria compreendido inúmeras coisas através dessa dádiva; fui eu, porém, obrigado a confessar a minha ignorância da linguagem mística das flores e a sofrer da parte dela como de muitos outros que ali se achavam um sorriso bem-humorado pela minha ingenuidade. (LUCCOCK, 1942: 329)

A passagem citada faz-nos perceber que quando o narrador aparece, está rodeado por uma áurea não de autoridade, mas de inocência e vulnerabilidade, revelando uma dimensão das viagens que Mary Louise Pratt chamou de “contra-conquista”. Os viajantes não são saqueadores ou colonizadores mas homens de ciência, que imprimem à paisagem seu olhar neutro e pacífico. Ainda segundo essa autora, o naturalista é andrógeno, benigno e de aspectos não fálicos. Trata-se da imagem utópica do indivíduo burguês europeu, simultaneamente inocente e imperial, professando uma benigna visão hegemônica que não instauraria qualquer aparato de dominação.

Alguns viajantes comentam sobre as festas cristãs. Saint-Hilaire diz: “Era dia de festa, e os habitantes da vizinhança se dirigiam em grande número para a igreja. Todos estavam vestidos com limpeza: as mulheres traziam vestidos brancos, uma espécie de jaquetão de peno e um chapéu de feltro, mas as pernas e pés estavam nus”. Luccock conta: “era domingo e apresentava mais o aspecto de um dia inglês de observância religiosa do que qualquer um dos que ultimamente observara. A dona da casa, quando a encontrei ao café da manhã, estava vestida para a missa e pronta para montar em cavalo, esperando apenas pela nossa partida”.

Nem tudo, entretanto, é passível de observação. Uma “festa escrava”, por exemplo, não se oferece como possibilidade de análise para o europeu. Visconde de Courcy conta:

Depois de uma refeição mais do que frugal, fomos respirar o ar fresco da noite, com um belo luar. Atraídos pelos sons de um violão, aproximamo-nos de um galpão de onde os acordes parecem sair e vimo-nos no meio de uma dezena de negros, que

cozinham seu arroz em volta de uma grande fogueira. Todas essas figuras de ébano, cujas formas só distinguimos na meia-escuridão pelo brilho de seus grandes olhos brancos, causam-nos uma impressão singular. Uns estão deitados no chão, outros, agachados, acompanham a meia-voz o instrumento que canta num ritmo simples e monótono. São polidos, mas frios; olham-nos com gravidade e não se dirigem a nós. Sentimos que a nossa presença os incomoda e nos afastamos com pesar desse espetáculo bastante característico.(COURCY, 1997: 70)

Considerações finais.

Os relatos de viajantes aqui analisados inserem-se numa mescla de gêneros narrativos, constituindo-se em diários de viagem, tratados científicos e textos literários. Eles descrevem paisagens científicas e técnicas mas também culturais, ao mesmo tempo que aliam projetos científicos a outros de ordem econômica. Apesar de parecerem olhares aparentemente científicos e neutros, que constituem o dia-a-dia com espontaneidade, estão cheios de intenções e ajudam a lançar mão da ciência como arma política. Podem ser inseridos numa espécie de dinâmica de posse – conhecer para dominar – a qual age, no entanto, sem subjugação ou violência.

O sistema da natureza construído é em si, e assim se julga, uma apropriação do planeta totalmente benigna e abstrata. Tanto assim, a autoridade e a legitimidade ostentada por seus produtores são quase incontestáveis. Segundo Mary Louise Pratt, os escritos se tratam de “narrativas de anticonquista, na qual o naturalista naturaliza a própria presença mundial e a autoridade do burguês europeu” (PRATT, 1999: 61).

Trata-se de um horizonte europeu de discurso, para o qual vê-se um mundo primitivo de natureza e de pessoas, um espaço devoluto e atemporal ocupado por plantas e criaturas, mas não organizado em sociedades e economias; um mundo, portanto, cuja única história era aquela a se iniciar. Trata-se de um estado de natureza primal, relacionado à perspectiva de intervenção transformadora por parte da Europa. Se Ouro Branco, no oitocentos, aparece como local decadente, haja visto o pequeno número de habitantes, o abandono das atividades econômicas e as doenças, por exemplo, as narrativas insistem na possibilidade de sua reestruturação, como lugar de mineração e, em menor escala, de cultivo. Por conseguinte, o arraial pode tornar-se local de civilização.

Por fim, há que se salientar que a visão estrangeira moldou os padrões de conhecimento do Brasil. “Independente da modalidade de registro, foi o olhar do estrangeiro que nos enquadrou, ao mesmo tempo que educava o nosso olhar, para que nós mesmos pudéssemos nos mirar nos espelhos da cultura importada do seu país de origem” (MAUAD, 1997: 184). A própria elite imperial se utilizava de estratégias de viagem e de apreensão do Brasil a fim de criar uma determinada representação e imaginação do Império, dentro e fora do mesmo.

Bibliografia:

BEDIAGA, Begonha. *Diário do Imperador Dom Pedro II*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. (p. 60 e 61)

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos*. São Paulo: Martins, 1952. (p. 268 a 271)

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. (p. 224)

COURCY, Visconde Ernst de. *Seis semanas nas minas de ouro do Brasil*. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento; Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. (p. 69 a 71)

D'ORBIGNY, Alcide. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1976. (p. 159)

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil, 1811 – 1817: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante as expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. (p. 255 a 256)

HALFELD, H. G. F.; TSCHUDI, J. J. von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. (p. 140)

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante a estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. São Paulo: Martins, 1942. (p. 326 a 329)

MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do segundo reinado. In: NOVAIS, F. *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978. (p. 119 e 120)

PIRES, João Ricardo. *Notas de um diário de viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do Imperador Dom Pedro II (1881)*. Belo Horizonte, UFMG, (dissertação), nov. 2007.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1976. (p. 409 a 410)

PRATT, Marie L. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. (p. 123 a 128)

SILVA, Danuzio Gil Bernardino (org.). *Os diários de Langsdorff*. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. vol. 1. (p. 350 a 352)

SPIX, J. B von; MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. (p. 298 a 301)

VIAGEM do Imperador Dom Pedro I a Minas Gerais em 1830 e 1831. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LX, parte I, Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1897.

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1985. 2º Volume. (p. 90 a 93)